AS CONTRIBUIÇÕES DA COMUNIDADE INTERNACIONAL NO ENSINO GUINEENSE (2000 A 2017)¹

Daniel Luis Tchuda²

RESUMO

O presente trabalho visa analisar as contribuições das comunidades internacionais no ensino guineense a partir dos anos 2000 até 2017. Analisamos a educação, institucional, desde a sua chegada no território com os portugueses. No início a educação era privilegiada para os filhos dos senhores, ou seja, era para os filhos das elites da época e mais passou a integrar os de funcionários da colônia portuguesa. Filhos dos nativos, no caso os guineenses, não eram dados esse direito de frequentar as escolas. Continuamos a analisar o desenrolar da educação principalmente no período colonial, que teve como principal objetivo educar para se tornar um “civilizado” e um cidadão português e para melhor servir a causa da dominação. A última seção do texto vai analisar a presença dos parceiros internacionais da Guiné-Bissau e suas ações de apoio a educação. Após as independências, até os anos 1975 praticamente todos os países da África se tornaram independentes da dominação colonial europeia, os países africanos entraram nos programas de ajustamento estrutural do Banco Mundial e FMI, programa este que visa fazer empréstimos para que os países pudessem desenvolver seus meios sociais. Também a Guiné-Bissau não está de fora deste programa pois o país precisava e ainda precisa de muito apoio, principalmente na área da educação. Nisso que Portugal, através da sua política externa, vai fazer cooperação com a Guiné para financiar a educação, por isso que a Cooperação Portuguesa é um forte e um dos principais que dá apoio nesse setor. De acordo com o texto, podemos perceber a diferenciar os apoios destas entidades em dois grupos, os que apoiam financeiramente e os que apoiam pedagogicamente, ou seja, estes últimos estão presentes nas escolas para realizar os projetos traçados pelo governo ou por eles mesmo e cada uma tem seu objetivo mas que no final acabam sendo o mesmo que o ministério nacional da educação.

Palavras-chave: Cooperação internacional. Educação - Guiné-Bissau. Relações internacionais - Guiné-Bissau. Relações internacionais - Portugal.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the contributions of international communities in Bissau-Guinean education from the years 2000 to 2017. We have analyzed institutional education since its arrival in the territory with the Portuguese. In the beginning, education was privileged for the children of the masters, that is, it was for the children of the élites of the time and more became part of the employees of the Portuguese colony. Children of the natives, in this case Bissau-Guineans, did not have this right to attend schools. We continue to analyze the development of education mainly in the colonial period, whose main objective was to educate to become a “civilized” and a Portuguese citizen and to better serve the cause of domination. The last section of the text will analyze the presence of Guinea-Bissau's international partners and their actions in support of education. After independence, until 1975, almost all African countries became independent of European colonial domination; African countries entered the structural adjustment programs of the World Bank and IMF, a program that aims to make loans so that countries could develop their social media. Guinea-Bissau is not out of this program because the country needed and still needs a lot of support, especially in the area of education. This is where Portugal, through its foreign policy, is going to cooperate with Guinea-Bissau to finance education, that is why Portuguese Cooperation is a strong and one of the main ones that supports this sector. According to the text, we can see the differentiation of the support of these entities in two groups, those that support financially and those that support pedagogically, the last ones are present in schools to carry out the projects designed by the government or by themselves and each one has its objective but in the end it ends up being the same as the national ministry of education.

Keywords: Education - Guinea-Bissau. International cooperation. International relations - Guinea-Bissau. International relations - Portugal.

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto.

² Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Licenciando em Pedagogia pela mesma universidade.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a analisar as contribuições dos parceiros internacionais da Guiné-Bissau na área da educação; estudar o desenvolvimento dessas contribuições para o ensino, sua aplicabilidade nas escolas da capital Bissau e nas escolas do interior do país; identificar os impactos dessas contribuições no currículo do Ministério Nacional da Educação guineense e sinalizar as vantagens e desvantagens das contribuições tanto na capital Bissau como nas regiões do país. Durante o desenrolar deste trabalho debruçamos das diferentes fases concernente ao processo educativo guineense desde o período da colonização até atualidade. O trabalho está dividido em três seções com assuntos diferentes, porém que dialogam entre si.

Na primeira seção trazemos uma breve contextualização da situação geográfica, ou seja, a localização da Guiné-Bissau. Assim como apresentamos os diversos povos e grupos étnicos distribuídos por todo país com suas línguas, culturas, tradições, costumes, religiões diversificadas. Na segunda seção trataremos do ensino e educação na Guiné desde sua primeira fase de implementação que passou também por vários momentos e desafios porque não tinha o caráter que tem hoje. Na fase pré-colonial, ou seja, antes da chegada dos portugueses o modelo de ensino era por via da oralidade, ali os adultos eram responsáveis pela educação dos mais novos, estes não precisava ter um diploma para poder exercer essa atividade. Na fase colonial a educação ganhou uma nova roupagem, passou a ser um modelo para facilitar a dominação nas colônias e “civilizar” os que aceitaram esse modelo de educação e fazer-lhes cidadãos portugueses. E por último, dessa segunda seção, temos a educação no período pós-colonial, ou seja, após a “independência” na Guiné. Aqui o sistema educativo está mais volta na formação do homem novo e livre, aquele que teria a autonomia de o seu país sem que o outro lhe dissesse o que deve ou não fazer. Nessa época os parceiros internacionais começaram a fazer suas interferências no país, principalmente na educação.

Já na terceira e última seção trazemos a presença ativa dos parceiros da Guiné-Bissau na área da educação, seus apoios e contribuições. Aqui apresentaremos algumas organizações que deram seus contributos para o desenvolvimento do processo de ensino na Guiné.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau situa-se na Costa Ocidental da África. Sendo limitada a leste e a sul pela República da Guiné Conacri, a norte pela República do Senegal e a oeste pelo Oceano Atlântico. A sua superfície é de 36.125 Km², composto por duas partes, uma continental com uma área de 34.625 km² e outra insular de 1.500 km², constituída pelo arquipélago dos Bijagós, que se estende à parte continental. Com uma população estimada um pouco mais de um milhão e meio de habitantes, segundo último recenseamento feito em 2009. A Guiné-Bissau é composta por nove regiões: Bafatá, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara, Tombali e o setor autónomo de Bissau (capital do país que é a cidade administrativa). As regiões administrativas, por sua vez, somam num total de trinta e seis sectores (CÁ, 2015, pg. 24).

O país possui uma variedade populacional com diferentes grupos étnicos que vivem em diferentes regiões do país. Scantamburlo (1997 apud AUGEL, 2007, p. 71), afirma que a Guiné é formada por 27 grupos étnicos com diferentes línguas, culturas, religiões e até formas diferentes de cultivar a terra. Conforme este autor, esse número dos grupos étnicos não foi confirmado por outros autores porque também existem outros subgrupos, ou seja, existem grupos com menor número dos falantes ou até com maior número como no caso dos Balantas que tem cinco ramificações ou subgrupos mas que não foram mencionados dentro desses 27 e que se fossem incluídos provavelmente que teríamos um número de 40 grupos ou mais. “Aos grupos étnicos corresponde igual número de línguas faladas no território guineense e todas elas já ali estavam muito antes da chegada dos europeus, no caso portugueses” (SCANTAMBURLO, 1997 apud AUGEL, 2007, p. 71).

Com a chegada dos portugueses, o território que hoje é conhecido como Guiné Bissau, se divide em três zonas ou províncias: Norte, Sul e Leste. A zona norte tem a predominância dos povos Balantas, Felupes, Mancanhas, Mandingas, Manjacos, Papéis e outros subgrupos que estão dentro de um dos grupos mencionados. Na zona sul, habitam os Balantas, Biafadas, Nalus, Sussus e outros grupos. E a zona leste é dominada pelos Fulas, Mandingas e mais grupos menores que também lá estão. Cada povo tem sua organização social diferente, os grupos do litoral guineense com suas organizações sociais hierarquizadas em reis, nobres, artesãos, homens de culto.

Através desta contextualização da composição dos grupos social da Guiné-Bissau podemos agora fazer a nossa análise sobre as fases que o ensino desta passou por muitos tempos

até a data atual. Analisaremos os caminhos e as políticas que a educação percorreu ao longo dos séculos até chegar nos nossos dias. Atualmente como está assegurada a causa da política educativa guineense.

De acordo com essa organização da sociedade guineense e sua distribuição populacional, falaremos agora da educação e do ensino nesta sociedade. Na próxima seção vamos mostrar como se deu o processo do ensino antes da chegada dos europeus no continente africano, especificamente, os portugueses na Guiné-Bissau. Como vimos que a Guiné tem vários grupos e povos diferentes em tudo, será que essa diversidade é levada em consideração pela entidade responsável pela educação da população? Vamos ver isso a partir da próxima seção.

2 ENSINO GUINEENSE

O processo de ensino na Guiné-Bissau possui várias fases períodos históricos da sua implementação. Segundo vários autores que escreveram sobre história da educação na Guiné-Bissau, Dabana Namone, Mamadu Djaló, Lourenço Ocuni Cá e entre outros, existe ensino no período pré-colonial, que marca a chegada dos portugueses no continente até a conferência de Berlim, período colonial, após a partilha da África e o período pós independência até os dias atuais. Cada um desses períodos tem a sua forma e composição diferente do outro, e também seus objetivos distintos.

2.1 PRÉ-COLONIAL

Segundo o autor Dabana Namone (2014), a educação na Guiné antes da colonização europeia “era a da tradição oral africana, completada por ritos de iniciação e pela transmissão de símbolos que sustentam a produção de significados” (NAMONE, 2014, p. 27). Ou seja, antes da chegada dos portugueses existia um modelo local de educação tradicional na Guiné-Bissau. Para CÁ (2000), esse modelo é totalmente diferente do ocidente, ou seja, o modelo da educação tradicional africana não tem a configuração como dos europeus, “a forma de educar baseava-se no exemplo do comportamento e do trabalho de cada aprendiz” (CÁ, 2000, p.4). Ou seja, o aprendiz, hoje chamado de aluno, aprendia com o estilo de vida do seu mestre. Nessa era não existia uma estipulação em termos da idade certa para começar a aprender, esse aprendizado é

desde a nascença da pessoa e vai aprendendo com a sua vivência do dia-a-dia na sociedade na qual ele está. Ainda o autor vai dizer que os responsáveis pela educação das crianças nessa época eram qualquer pessoa mais velho que essas crianças e que “cada adulto era, de certa forma, era um/a professor/a. A educação não se separava em campo e especialização de atividades humanas. Ninguém se educava apenas por um determinado período, aprendia-se com a vida e com os conhecimentos ao longo do tempo” (CÁ, 2000, p. 4).

A presença dos europeus, principalmente dos portugueses, é marcada a partir dos anos de 1446. Uma caravana dos navegantes portugueses dirigida por Nuno Tristão que vinha da costa senegalesa com destino ao litoral mais ao sul da costa ocidental africana, no trecho que mais tarde veio a ser denominado pelos colonizadores “Guiné Portuguesa” (TCHUDA, 2017, p. 18). A missão principal desses navegantes era conquistar e dominar os povos que ali moravam, porém, a atividade educativa só iniciou depois de vinte e cinco anos, isto é, em 1471. Nessa altura, segundo Namone (2014), “a educação funcionava numa forma não institucionalizada e era ineficiente, limitava-se apenas às pessoas influentes, ou seja, os que colaboravam com o regime colonial” (NAMONE, 2014, p. 28). Essa educação era ofertada pela igreja católica no sentido de catequizar e evangelizá-los assim para que pudessem atingir seus propósitos que era de apoiar o processo colonial. Com o objetivo de conquistar e dominar o território, esse modelo de educação servia como uma forma de fazer com que o povo guineense não resistisse a escravidão, porque nesse processo de conquista houve muita resistência e eles tinham que mudar de estratégias para ter mais êxito. Segundo CÁ 2004,

O Estado colonial não se preocupava com a organização da sociedade tradicional. Algumas etnias que se desenvolveram foram incentivadas por atividades comerciais. O tráfico negreiro para as plantações do século XVI ao XIX permitiu a organização dessa sociedade, que acabou resistindo e/ou participando do próprio tráfico. Já quase no final do século XIX, em muitas regiões, esse sistema tradicional estava chegando ao seu término devido à degradação e à ocupação das florestas, que não podiam mais abrigar com as mesmas condições o crescimento populacional. Assim sendo, a necessidade de nova tecnologia para aumentar a produção fez com que a sociedade tradicional entrasse em crise, provocando um controle mais rigoroso das terras e inúmeras lutas étnicas na busca de um novo arranjo técnico, político e social. No entanto, essa história foi interrompida com a ocupação europeia e a implantação, em todo o território da Guiné-Bissau e, por todo o Continente Africano, da dominação colonial e da exploração voltada para as metrópoles. As condições internas e a busca de novas relações sociais de produção foram alteradas perante a violência colonial. (CÁ, 2000, p. 3).

Ou seja, o governo português nessa altura queria fortalecer seu interesse comercial através do tráfico das pessoas, buscava incentivar os grupos que tinham suas organizações

comerciais a praticarem o tráfico para que estes vejam isso como uma forma de obterem mais lucros, mas no fundo a intenção era criar uma desestabilidade social.

2.2 PERÍODO COLONIAL

Depois desse período veio outro com mais intensidade e crueldade, período colonial. Após a conferência de Berlim, 1884/85, os grandes países da potência mundial na época fizeram uma conferência para dividirem os territórios do continente africano, denominada de partilha da África. A partir dali todos os países que tiveram seus domínios, ou seja, suas colônias, eram responsáveis pelas pessoas e tudo que nesse território estiver, ninguém podia interferir no espaço que era dele. Nessa partilha o Portugal ficou com cinco países sobre seu domínio: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Após a conferência de Berlim, cada potência estabelecia sua meta de dominação e conquista dos territórios. Portugal, no entanto, principalmente na Guiné Portuguesa, como era chamado na época da dominação colonial a atual Guiné-Bissau, usava o método de ensino para poder ter mais domínio e conquista neste território. Para a efetivação desta estratégia de educar a população, o regime colonial português tinha que colaborar com as missões da igreja católica “para dar a educação às populações coloniais dentro dos moldes particulares da cultura portuguesa” (CÁ, 2000, p. 5).

Ainda segundo esse autor, o governo colonial português não tem interesse em educar a população com o sentido de tornar-lhe um ser “pensante” na sociedade, mas sim de educar para poder explorar mais,

Manter, reforçar e dar continuidade à dominação são apenas alguns dos verbos que rimam com os principais objetivos do regime colonial em matéria de escolarização. Não havia, portanto, a intenção de instruir ou educar as populações subjugadas, mas pelo contrário, extrair do seu seio uma minoria de homens letrados, indispensáveis para o funcionamento do sistema colonial de espoliação e reduzi-los a uma assimilação que devia retirar-lhes qualquer possibilidades de desvendar o processo de docilização, despersonalização a que estavam submetidos (CÁ, 2000, p. 5).

Para atingir os seus objetivos, o regime colonial português implementou a “missão civilizatória”, (NAMONE 2014). Através da educação a população se tornariam “civilizados”, ou seja, serão considerados “civilizados” a partir do momento que se ingressam na escola, e dali serão chamados de os assimilados. Com esse sistema adotado pelos colonos em colaboração com a missão católica, os nativos teriam que “abandonar as suas culturas tratadas como primitivas”, como diz (NAMONE 2014),

Para levar avante essa ideologia e fazer com que a dominação e a exploração funcionassem de fato, os portugueses usaram a igreja católica como alicerce, para ajudá-los a desenvolver a “política de assimilação”, através da educação baseada no princípio de evangelização, condição *sine qua non* para atingir a “civilização” (NAMONE, 2014, p. 38).

A igreja católica foi um parceiro muito importante para o governo português porque a educação do povo era da responsabilidade dela. Ela, por meio da evangelização e catequização, ensinava os costumes e cultura portuguesa e também a religião cristã para população nativa para depois que essas pessoas que aceitavam aderir a tais ensinamentos, serão chamados de civilizados. Segundo Namone (2014), os portugueses se aliavam com a igreja para puderem conseguir seus objetivos dizendo estavam apoiando a igreja no processo de evangelizar os africanos pois estes, os africanos, não conheciam Deus.

Com todo esse trabalho da igreja e o estado, a estratégia era dizer que estavam a evangelizar para depois e tirar esse povo da condição de incivilizado, de arrogante, da sua cultura atrasada e “transformá-los em indivíduos “civilizados” racionais e respeitáveis, podendo assim adquirir o estatuto de cidadãos portugueses” (NAMONE, 2014, p. 40). Nisso se baseou a política de assimilação. Porém, para se tornar um indivíduo civilizado e um cidadão português precisa cumprir com alguns requisitos que se chama de estatuto do indigenato.

Entre os anos de 1926 e 1927, foi instituído o Estatuto do Indigenato. Este documento fazia a diferenciação de como deveria ser o perfil da pessoa com o título de cidadão português. Segundo (FERREIRA 1981),

Para ser considerado cidadão português, deve ter 18 anos completo; falar corretamente o português; ter um emprego suficiente para assegurar as despesas da família ou ter alguma fonte econômica que satisfazia suas necessidades; possuir bom caráter e qualidades necessárias para o exercício dos direitos privados e públicos do cidadão português; não pode ser refugiado e nem desertado e por último tem que cumprir com o serviço militar (ALMEIDA, 1981, p. 37).

Com esses requisitos utilizados pelos colonizadores, ainda assim não teve grandes êxitos, porque a maioria da população não aceitava a imposição da outra cultura que matavam as suas tradições e costumes. Com toda opressão nos diferentes sistemas aplicados na Guiné por longo dos séculos, a percentagem da população que se consideravam civilizados eram de 1,15% segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (FERREIRA, 1977 apud ALMEIDA, 1981, p. 40). Isso estamos falando da ocupação portuguesa na Guiné desde o século XV até metade do século XX, ou seja, cinco séculos de ocupação e dominação a educação pré-colonial e colonial obteve só 1% das pessoas escolarizados.

2.3 PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Depois de onze anos de luta e resistência contra o regime colonial na antiga Guiné Portuguesa, a Guiné-Bissau proclamou a sua independência no dia 24 de setembro de 1973 e foi reconhecida em ano depois em 1974 pelo governo português. Após a independência, o país seguiu seu rumo sozinho, teve seu primeiro presidente da república Luis Cabral irmão do herói nacional, Amílcar Cabral. Mas antes de falar da educação pós-colonial é bom debruçar de como foi a educação nas zonas libertadas pelo PAIGC.

PAIGC pensava essa luta não somente para expulsar os colonos e ficarem livres como também pensava nas estratégias de formação das pessoas que futuramente assumirão a administração da nação. Por isso durante a luta armada projetaram a educação nas zonas que foram libertas das mãos dos “tugas” (forma como os portugueses eram chamados nas colônias), e Cabral pensado numa educação libertadora que teria como objetivo, formar um homem novo, livre de qualquer dominação e comprometido com o desenvolvimento de nova sociedade independente. Por isso, ela deveria nascer junto do povo, passando pelos educadores nacionais, em função da prática social que se dá no país (FREIRE, 1978 apud NAMONE, 2014, p. 46).

Para Namone (2014) na fase inicial da educação nas zonas libertadas, o objetivo era pautado para segurança da população, em particular das crianças, contra-ataques das tropas portuguesas. Por isso, as crianças reuniam-se em torno de um representante do partido para aprender como fugir dos aviões portugueses. As primeiras lições ensinadas às crianças eram aprender a reconhecer o barulho dos aviões e fugir a tempo dos bombardeios mortíferos, como também fugir da presença dos portugueses, considerados inimigos e agressores (CÁ, 2008 apud NAMONE, 2014, p. 66). Inicialmente as aulas funcionavam de baixo das árvores, ao ar livre ou nas escolas de palhas, nas quais troncos das árvores eram usadas como carteiras (NAMONE, 2014, p. 66).

Após a independência, o país entrou numa nova fase com uma missão importantíssima de (re)construção duma sociedade onde todos terão mesmo direitos iguais e puderem participar dos lugares públicos, coisa que outrora os portugueses não deixavam os não “civilizados” fazerem. Para tanto, o governo do PAIGC na altura “encarou a educação como um dos pilares do processo emancipatório” (DJALÓ, 2009, p. 83). Ainda segundo o autor o país via-se uma necessidade de mudar o sistema educativo guineense, ou seja, o sistema curricular precisava ser mudado do sistema colonial para um sistema com “conteúdos que adaptem a realidade guineense” (DJALÓ, 2009, p. 84).

Segundo TÊ (2017), de 1974 a 1991 o PAIGC, que governava no regime do partido único, fez as reformas no setor educativo com objetivo de “refletir na recuperação da identidade guineense e da construção da nação” (p. 11). Segundo o autor, houve dois momentos que a educação passou que ele considera como momentos ideológicos. Primeiro, ele vê “um sistema escolar colonialista, sem qualquer adaptação às necessidades do país e desenvolvimento socioeconómico da Guiné, em seguida o sistema escolar do PAIGC, onde a educação era orientada pelos objetivos e programas do partido” (LEPIR, 1985 apud TÊ, 2017, p. 11). Ou seja, o modelo colonialista ainda tinha espaço no sistema educacional, mesmo com poucos conteúdos, mas algumas coisas eram ensinadas. Também os objetivos e programas do partido ajudavam a “fortalecer o espírito nacionalista” (DJALÓ, 2017, p. 84).

Desde o ano de 1991 até os dias atuais, o sistema educativo guineense teve várias mudanças, desafios e avanços. Segundo TÊ (2017), a década de 90 foi marcada por vários momentos de conflituosos como o conflito militar de 1998 que causou destruição no setor educativo guineense,

A década de 1990 foi marcada pelo conflito armado de 1998, de 11 meses, que, porventura, terá agravado a situação do setor educativo na Guiné-Bissau: “tal insurreição, de acordo com o 2º Plano Trienal para o Desenvolvimento da Educação 2011-2013, causou a destruição de 80% das infraestruturas económicas e sociais existentes (MEN-PTDE, 2011-13:6). Assim, o conflito decorrido na década de 90 terá causado fragilidades na implementação e dinamização do sistema educativo, que já estava bastante debilitado (TÊ, 2017, p. 14).

Devido esse conflito armado que criou muita fragilidade e instabilidade política e econômica, o país via-se numa situação que não podia sair sozinho sem ajuda dos parceiros. Por isso, a partir do ano de 2000 até os dias atuais, muitas organizações internacionais investem e apoiam o país em muitos setores, se não todas áreas, principalmente a educação.

3 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL NO ENSINO GUINEENSE

Segundo os autores, Mamadú Djaló, Lourenço Ocuni Cá e outros que escreveram sobre os parceiros financiadores da Guiné-Bissau na área da educação, mostram que a Guiné é um país com diversos problemas financeiros, muitas das vezes não consegue pagar os salários dos seus funcionários, precisa de ajuda dos parceiros internacionais e regionais para poder pagar as dívidas. Os parceiros dão apoios não somente na área educativa, como também na saúde, na

agricultura, na pesca e em muitos setores. De acordo com o autor Mamadú Djaló (2009), a Guiné-Bissau é um país que depende da pesca e agricultura,

A Guiné-Bissau depende, sobretudo, da pesca e da agricultura. É um país eminentemente agrícola. A agricultura emprega cerca de 80% da força de trabalho e tem como principais produtos de exportação a castanha de caju, madeira e peixe. Concernente aos recursos naturais há ainda a exploração de reservas de bauxita, fosfato e petróleo (DJALÓ, 2009, pg. 53).

Djaló (2009), nos mostra que as políticas econômicas, nas primeiras décadas após a independência, foram marcadas por uma gestão centralizada para o mercado interno privilegiando assim as iniciativas privadas, ou seja, promovendo as pessoas com as ideias de crescer individualmente no mercado econômico. Desde então começa a surgir os parceiros interessados em ajudar a Guiné em todas as áreas, principalmente no campo da educação que é o nosso foco.

De acordo com uma avaliação feita por um sociólogo guineense, Miguel Barros (2017), e mais duas outras colaboradores sobre a intervenção da cooperação portuguesa no setor da educação na Guiné-Bissau, mostra como os parceiros de desenvolvimento vem tendo dificuldades em implementar suas ações devido as sucessivas instabilidades política-militar no país por muitos tempos. Segundo essa avaliação, desde término do conflito armado de 1998/99 o país vem passando por sucessivos golpes de estados e vários assassinatos de muitos políticos e chefias militares, presidente da república e chefe de estado maior das forças armadas morreram praticamente no mesmo dia, e entre outros indivíduos ligados a política. Todo esse caos criou barreiras aos parceiros financiadores e atrasos nos projetos que visam a melhoria da situação político-econômica.

Sempre que o país volta a sua normalidade, com os planos montados para apoiar no desenvolvimento do país, fazer a economia voltar a crescer, o governo seguindo com suas agendas políticas de desenvolvimento e ganha alguma credibilidade para com seus parceiros internacionais, os problemas muitas das vezes tendem a voltar a pairar na sociedade e os organismos e parceiros internacionais acabam por desistir de aplicar suas ações, como mostra o texto que,

Após as eleições de 2009, o parlamento aprovou o Programa de Governo e o Orçamento Geral do Estado, gerando-se um ambiente propício para a execução das principais reformas políticas, no qual a Educação se destacava como uma das principais prioridades. Foram adotadas políticas e instrumentos importantes para o setor, tais como: Plano Nacional de Educação para Todos; Plano Setorial para a Educação; Lei de Bases do Sistema Educativo; Lei do Ensino Superior e da

Investigação Científica; Lei da Carreira Docente; introdução de Educação Ambiental e da Cidadania nos currículos. O ambiente de estabilidade, e a imagem de uma reconciliação entre as esferas políticas e militares, permitiu ao governo recuperar a confiança da comunidade internacional e retomar os compromissos de apoio ao desenvolvimento, possibilitando o perdão da dívida externa pelas instituições credoras multilaterais e bilaterais. Ao nível macroeconómico, o PIB cresceu 5.5%, proporcionando o investimento nos setores sociais (Barros e Rivera, 2011). Todavia, este clima de pacificação foi interrompido pelo golpe de Estado de abril de 2012, em pleno momento eleitoral, após o falecimento do presidente em exercício, Malam Bacai Sanhá. As sanções aplicadas pela comunidade internacional em consequência desse golpe tiveram implicações diretas no funcionamento das instituições, devido à suspensão dos programas de cooperação internacional, repercutindo-se diretamente nos apoios ao desenvolvimento (Barros, 2014). Segundo dados disponibilizados pelo Banco de Portugal, em 2012 o PIB da Guiné-Bissau registou uma contração de 1,5%, o que já não se verificava desde 2002. As finanças públicas registaram uma queda nas receitas correntes, assim como nos donativos, conduzindo ao agravamento do saldo orçamental, sendo de salientar que o défice das contas públicas atingiu o dobro do registado no ano anterior. Agravou-se o débil sistema económico de um país com um dos mais baixos do mundo, ocupando a posição 178^o em 188 no ranking mundial do Desenvolvimento Humano (BARROS, org. 2017, pg. 19).

Segundo Virgínia José Baptista Cá (2015), “entre 2010 a 2012, a situação econômica melhorou bastante devido a situação política do país”, ou seja, após a morte de Malam Bacai Sanhá os parceiros internacionais deram créditos na estabilidade política da sociedade guineense e voltaram a fazer os investimentos. Mas, a partir de golpe de Estado de 12 de Abril de 2012, o país entrou novamente em crise, onde os parceiros internacionais União Europeia (EU), Banco Mundial (BM), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), União Africana (UA) entre outros cortaram as relações de apoio econômico à Guiné-Bissau, com a promessa que voltariam a dar apoio caso o país voltasse a ter um governo legítimo (CÁ, 2015, pg. 32). Como a nossa discussão está centralizada nas contribuições desses parceiros no ensino guineense, vamos focalizar nela.

3.1 PARCEIROS DA GUINÉ-BISSAU NA EDUCAÇÃO

Segundo DJALÓ (2009), os principais parceiros internacionais da Guiné-Bissau são: o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), União Europeia (UE), UNESCO, UNICEF, Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Internacional do Trabalho (OIT), União Económica Monetária Oeste Africana (UEMOA), e União Monetária Oeste Africana (UMOA) (DJALÓ, 2009, pg. 53). Para BARROS (2017), a cooperação entre os governos, guineense e o português, se tornou numa das parcerias mais importante na educação guineense. Ainda ele, “Cooperação Portuguesa afirmou-se como um dos principais parceiros no setor da educação junto do Estado da Guiné-Bissau” (BARROS, 2017, p. 9). MENDES

(2019) nos apresenta mais três parceiros que são muito importantes no processo de ensino guineense que são: Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), Programa Alimentar Mundial (PAM), UNESCO e PLAN International (p. 103).

Como sabemos que a situação política na Guiné durante essas duas primeiras décadas do novo milênio (2000), vem criando um clima de instabilidade em toda esfera administrativa do país, impossibilitando assim o funcionamento do aparelho do estado. Com a falta do funcionamento administrativa do país, a educação está afetada em todo sentido, as escolas não têm uma condição favorável para com seus alunos, o governo não cumpri com sua obrigação de pagar o salário dos funcionários e técnicos da educação, sucessivas greves dos professores comprometem os anos letivos que muitas das vezes não chegam ao fim, e mesmo que chegam é com grandes dificuldades e paradas no meio do ano. Guiné é um país que recebe muitas ajudas dos seus parceiros internacionais e de muitas ONGs que estão no país.

Dentre esses parceiros e ONGs que dão apoio/ajuda no setor da educação guineense, destacaremos a UNICEF, Cooperação Portuguesa, Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) para falarmos das suas contribuições na consolidação do processo educativo guineense.

3.2 UNICEF

A UNICEF é um departamento das Nações Unidas que foi criado no dia 11 de dezembro de 1946, por decisão unânime da Assembleia Geral da ONU, para fornecer assistência emergencial a milhões de crianças no período pós-guerra na Europa, no Oriente Médio e na China, ou seja, seu objetivo é promover a defesa dos direitos das crianças ao redor do mundo. Em 1953, tornou-se órgão permanente do sistema das Nações Unidas e teve seu mandato ampliado para chegar a crianças e adolescentes em todo o mundo.

A partir de 1990 essa organização “tem-se afirmado como a principal agência internacional na implementação dos objetivos” EFA (Education For All - Educação Para Todos) na Guiné-Bissau (MENDES, 2019, p. 103). A UNICEF, de acordo com seus objetivos, participou em vários projetos e programas do governo, junto com o ministério da educação nacional, projetos estes que visam a melhoria de qualidade de ensino e das melhores condições nas escolas para que as crianças possam estudar num ambiente agradável e confortável.

Vários documentos nos mostram a participação dessa organização na educação guineense, principalmente um documento de avaliação da intervenção da Cooperação

Portuguesa feita 2017 por Miguel de Barros em colaboração com outros autores. Podemos constatar o apoio da UNICEF nos programas e projetos do governo e das outras instituições que participam na construção do desenvolvimento do ensino guineense. Sua presença é notada em todo território nacional, desde capital Bissau até nas cidades do interior (BARROS, 2017, p. 43).

No ano de 2009/2010 o governo guineense junto com o ministério da educação nacional fez a construção da LBSE (Lei de Bases do Sistema Educativo). Para efetivação desse grande e importante projeto do país o MEN precisava de um orçamento que cobriria as despesas para realização dessa construção, porém, segundo LOPES (2014), não existia nenhuma verba específica do Estado/Governo para a concretização do projeto, ou seja, não tinha dinheiro para tal. É a partir dessas situações que os parceiros internacionais entram para darem seus apoios e contribuições.

Segundo essa autora, o apoio que o MEN recebia era da UNICEF, da associação das escolas privadas e do Liceu João XXIII,

Em 2009/2010 o Ministério da Educação pôde apenas contar com apoio financeiro do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef). A Unicef disponibilizou fundos ao Ministério da Educação através do Plano de Trabalho Anual (PTA) que tinham para o ano 2010. Esse fundo foi atribuído ao Ministério da Educação por sua solicitação como financiamento para o reforço da capacidade institucional do Ministério da Educação. Considera-se que se a Unicef não tivesse participado no processo, através da disponibilização de fundos ao Ministério da Educação para o pagamento do Consultor contratado para a elaboração do projeto de LBSE e para o pagamento da deslocação da equipa de trabalho às regiões para a recolha de informações, o projeto não seria concretizável. Não existia na altura verba do Estado para a realização do projeto, uma vez que o Estado passava por dificuldades financeiras, o que punha em causa a concretização do projeto. O Ministério da Educação pôde também contar com apoio não financeiro de outras entidades não estatais no âmbito do processo. Consta-se que o Ministério da Educação recebeu contributos no período de discussão da proposta de entidades não estatais, como as associações de escolas privadas e o Liceu João XXIII. Afirma-se que as entidades não estatais não possuem muitos meios para apoiar o Ministério da Educação, pelo que o seu apoio foi limitado à participação no debate (LOPES, 2014, p. 84-86).

Essas contribuições foram muitos significativas na construção da LBSE guineense porque sem ela, como explica o texto, o governo junto com o ministério da educação não teria condições para sustentar as despesas e locomoção das equipas para as regiões do país até nas últimas aldeias.

3.3 COOPERAÇÃO PORTUGUESA

Portugal com a sua política externa de cooperação com os países africanos de língua portuguesa na área de educação, tem apoiado o sistema educativo desses países em muitos projetos de desenvolvimento e expansão da língua portuguesa, principalmente na Guiné-Bissau. A cooperação portuguesa para com suas ex colônias, especificamente Guiné, vem sendo de grande importância na implementação dos planos de ensino nessas sociedades.

Na Guiné, de acordo com uma análise feita pelo IPAD, a Cooperação Portuguesa desenvolveu de 2000 a 2009 um Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné (PASEG) que visa essencialmente a promoção do português como língua de ensino em 3 vertentes, contando com o apoio de professores portugueses,: i) capacitação de professores do Ensino Básico; ii) apoio ao Ensino Secundário em português e leccionação de diversas disciplinas curriculares, formação em serviço da totalidade dos professores dos liceus de Bissau e criação e dinamização de Oficinas em Língua Portuguesa; iii) alfabetização de adultos em português (IPAD, p. 13).

O objetivo de Portugal para com essa cooperação nos PALOPs, principalmente na Guiné-Bissau é de “contribuir para o desenvolvimento humano e econômico das populações dos países parceiros, através de medidas que promovam o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza” (IPAD, p. 18). Para implementação desses objetivos o governo português praticamente todos os anos presta uma ajuda em dinheiro para o governo guineense para o desenvolvimento educacional. Esse dinheiro é distribuído de acordo com a competência do governo, no pagamento dos salários, na (re)construção das escolas e nas áreas com mais necessidades.

De acordo com BARROS (2017), a cooperação portuguesa tem sido um parceiro de longa data no processo de ensino guineense e fala também da sua contribuição em termos financeiros com diferentes projetos e programas de educação

A Cooperação Portuguesa tem tido uma intervenção de longa duração e significativa no setor da educação, que é um dos principais destinatários da APD portuguesa na Guiné-Bissau. Até 2014, este setor recebia a maior percentagem do orçamento da APD bilateral portuguesa, tendo sido suplantado em 2015 pelo setor da saúde. Entre 2011 e 2015, o setor da educação recebeu um total superior a 14 milhões de euros (montantes que incluem outros projetos, não abrangidos pela presente avaliação). Saliente-se que o PASEG II, em funcionamento entre 2009 e 2012, teve um orçamento de cerca de quatro milhões e meio de euros. A FEC atua na GB desde 2001, em três setores prioritários: educação, capacitação institucional e saúde. Os projetos com maior destaque na área da educação foram: Projeto de Apoio à Educação no Interior da Guiné-Bissau (PAEIGB) (2001-07), + Escola (2007-2009), Djunta Mon (2009-

2012), PEQPG (2012-2016). Nas áreas específicas da educação de infância e apoio a crianças em risco, a FEC desenvolveu o projeto Bambaram di Mindjer (2009-2014), o apoio ao bacharelato, depois licenciatura, em Educação de Infância, ministrado pela Universidade Católica desde 2008, e o projeto Bambaram di Mininu (2012-2015) na área de Proteção Social das Crianças, implementado no jardim de infância e orfanato de Bor. Estes projetos apostam essencialmente na formação em cascata de agentes educativos (formadores, professores, educadores de infância); na capacitação institucional de dirigentes de estabelecimentos escolares (jardins de infância e escolas), incentivando a melhoria das capacidades em gestão e administração escolares e também na produção e edição de materiais e recursos técnico-pedagógicos, adaptados à realidade educativa da Guiné-Bissau (BARROS, 2017, p. 27-28).

De salientar que essas ajudas e apoios não beneficia somente as escolas do capital Bissau como também são distribuídas para as do interior do país, nas zonas rurais. Claro existem programas e projetos que por uma razão ou outra não chega nos locais mais distantes.

3.4 BANCO MUNDIAL E FMI

Banco Mundial e FMI foram criados com a finalidade de ajudar os países em via do desenvolvimento, principalmente os países europeus após segunda Guerra Mundial. Segundo Djaló (2009), à medida que os países europeus se estabeleceram e os do Sul foram sendo descolonizados, a meta era a superação dos fatores de empobrecimento e com esse fim o BM passou a orientar seus empréstimos para os países ditos de terceiro mundo”. Ou seja, os primeiros investimentos eram para esses países que estavam na via de desenvolvimento como o autor mostra as porcentagens

a partir dos anos 50 que o Banco Mundial foi adquirindo o perfil de um banco voltado para o financiamento dos “países em desenvolvimento”, tal como é hoje. Até 1956, 65% das operações do Banco Mundial concentraram-se nos países europeus. Desde então a participação dos “países em desenvolvimento” elevou-se progressivamente. De 1956 a 1968, os recursos do Banco Mundial voltaram-se principalmente para o financiamento da infraestrutura necessária para alavancar o processo de industrialização a que se lançavam diversos países do Sul. Nesse período, cerca de 70% dos empréstimos destinaram-se aos setores de energia, telecomunicações e transportes (DJALÓ, 2009, p. 91).

A partir do ano de 1980, o BM mudou sua estratégia de investimento para os países africanos, devido a uma crise de dívidas que os países europeus não tinham como pagar, assumia as através dos empréstimos que estes faziam por meio de um programa de ajuste estrutural criado por BM. Os países africanos, inclusive a Guiné-Bissau, foram submetidos nos empréstimos através desse Programa de Ajustamento Estrutural criados pelo BM e FMI. Foi neste ambiente que se iniciou a relação entre o BM e a Guiné-Bissau. A presença do Banco

Mundial na Guiné-Bissau data de 1985 quando o país aderiu formalmente a este organismo e ao FMI. Portanto, desde 1986 o Banco Mundial tem procurado “ajudar ativamente” os esforços do então governo na recuperação econômica destruída pela colonização (DJALÓ, 2009, p. 93).

Os financiamentos do BM era para que o país investisse na melhoria da condição de vida para a população e na construção do mesmo e no seu desenvolvimento. Para tal, era prioridade o investimento na área da educação para a construção de mais escolas com mais salas de aula, porque haviam lugares que as aulas aconteciam debaixo das árvores e lugares sem a cobertura. Por isso era de grande importância o investimento no setor de ensino como uma ferramenta fundamental para a redução da pobreza, de acordo com (MENDES 2019), ele afirma que “o BM considera a educação como fator principal e estratégico para a redução da pobreza global, com isso é necessário ajudar os países do “terceiro mundo” a acelerar o processo de desenvolvimento através de investimento na educação básica” (MENDES, 2019, p. 108).

O FMI também tem participado junto com BM nessa ação de estruturamento do país principalmente na área da educação. Existem vários projetos e programas financiados por estas duas entidades e parceiros internacionais. Os programas e projetos educativos com viés educativos na Guiné, tiveram apoios das comunidades internacionais que sempre estão presentes no processo de desenvolvimento e construção do país, sempre apostam na educação como um elemento primordial na afirmação da identidade nacional e na produção dos conhecimentos.

Segundo Leonel Vicente Mendes (2019), no seu livro intitulado (Des) caminhos do sistema de ensino guineense, onde ele falou dos avanços que a educação tem, dos recursos que sustentam esse avanço e das perspectivas que a educação alcançará. No quarto capítulo deste livro, o autor fala da intervenção dos atores internacionais no setor educativo guineense, ele faz os questionamentos muito pertinentes que nos ajudará a pensar sobre esse setor que muitas das vezes é abandonado pelos nossos governantes que nem pensam nos modelos da educação que adequam com a sociedade,

Que tipo de educação é para todos? Será que essa concepção educacional do BM foi inspirada nos valores locais? Qual é o interesse ideológico que está por trás desta política do BM? Será que a “democratização” da educação que o BM propõe foi acompanhada com a inclusão dos saberes de novos sujeitos (atores sociais) beneficiados do processo? Como as pessoas com deficiências estão inseridas nesse processo de “democratização” da educação? Até que ponto podemos afirmar essa perspectiva educacional do BM e sua preocupação fundante é apenas agrupar uma certa categoria de sujeitos no espaço escolar sem necessariamente se importa com suas demandas educativas específicas? (MENDES, 2019, p. 106).

Sinto-me identificado com os questionamentos do MENDES sobre as políticas do BM e das outras instituições que financiam a educação guineense. Todos nós sabemos que quem lhe oferece alguma coisa, espera receber, muitas das vezes, algo em compensação do que ofereceu. No caso da Guiné-Bissau, quando fazem esses acordos e cooperações com BM, EU e até outros países, liberam os mares para estes fazerem as pescas em pagamento das dívidas. Um exemplo típico disso é com a China, constroem escolas ou alguma coisa que o governo necessita e deixam que estes usam o mar por um prazo determinado, de acordo com o que acordarem.

Na educação, esses questionamentos nos fazem refletir em que modelo de educação temos e que estamos construindo. A nossa LBSE nos mostra que todos têm direitos a educação e ela é para todos (EPT), mas com a situação política travada no país desde conflito militar de 1998 até hoje, esse direito não se efetiva porque as escolas e os alunos vivem num constante greves e paralisações, as vezes o ano letivo inicia só no segundo trimestre, ou inicia no trimestre certo e o segundo ou o terceiro não é estudado, ou seja, no meio do ano ocorre sempre os atropelamentos com greves dos professores que reivindicam seus direitos como servidores e os alunos é que saem prejudicados.

Se essa Educação é realmente Para Todos, por que não foram incluídos outros valores e saberes do próprio guineense? Porquê que a história da Guiné e do seu povo são excluídas do sistema do ensino? São estas e outras inquietações que precisam ser feitas para a melhoria da atual situação que o sistema do ensino está enfrentando.

Cada uma dessas entidades financiadoras do ensino na Guiné possui seus objetivos e metas para alcançar. Por exemplo, um dos objetivos da Cooperação Portuguesa na Guiné é de fazer com todos os alunos, dos anos iniciais até ensino superior, sabem se comunicar em português e ter o domínio em usar essa língua. Se partirmos por este exemplo chegaremos a uma conclusão de que todos esses organismos têm seus objetivos distantes de fazer aparecer os ensinamentos sobre a história do povo guineense, suas diversidades culturais, seus costumes, línguas e práticas que se diferenciam uma da outra. Por isso o escritor VICENTE faz estas questões para que possamos refletir de que forma essas contribuições ajudarão no desenvolvimento educacional que realmente a Guiné precisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todo esse percurso que a educação percorreu ao longo dos séculos, e atualmente o dilema que está enfrentando no processo de afirmação em termos de atualização do seu currículo, deu para concluir dizendo que a Guiné-Bissau precisa de muitos apoios financeiros sim, para poder pagar as suas dívidas, mas isto não é o mais importante. O mais importante seria apoiar na construção duma política educacional que visa dialogar com a realidade dos educandos. A participação e apoio do BM e FMI junto do MEN, tem ajudado muito na parte financeira para pagar salários dos professores e técnicos, na implementação dos projetos que o governo elaboram e em outras ações que necessitam da finança que muitas das vezes não estão na altura de suprir essas necessidades. Na parte mais pedagógica, ou seja, nas ações direta da sala de aula, a Cooperação Portuguesa, a UNICEF, o PLAN e entre outros organismos tem ajudado bastante no desenvolvimento do ensino das línguas e nos programas e projetos que muitas das vezes são desenvolvidos pelos alunos. Nos liceus de Bissau há sempre espaços onde a Cooperação Portuguesa atua, denominado de Oficina da Língua Portuguesa. Nesse espaço são criados grupos de leituras, de literatura, da arte e também são oferecidos diversos minicursos. Em 2006 tomei um curso intensivo de jornalismo por três meses no liceu Samora Moisés Machel.

Portanto, cada ONG tem seu perfil de contribuição no desenvolvimento educacional, uns apoiam mais na área financeira, para financiar os projetos do governo, nas construções e reformas das escolas tanto de Bissau assim como nas regiões e setores, na compra dos materiais didáticos. E outros têm uma participação mais direta com os alunos, ou seja, estão mais nas escolas e até nas salas com os alunos, no caso da UNICEF, PAM que também ajudam nas merendas para as escolas e outros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Hilda Maria Ferreira de. **Educação e transformação social**: formas alternativas de educação em país colonizado. 1981. 251 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Faculdade Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1981. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9175>>. Acesso em: 10 de out. 2019.

AUGEL, Moema Parente. **Desafio do escomburo**: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 381 p.

CÁ, Lourenço Ocuni. **Perspectiva histórica da organização do sistema educacional da Guiné-Bissau**. 2005. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253256/1/Ca_LourencoOcuni_D.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2019.

CÁ, Virgínia José Baptista. **Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau**. Belo Horizonte, Brasil. 2015.

CARVALHO, Clara. BARRETO, Maria Antónia. BARROS, Miguel. (org.) **Avaliação Externa à Intervenção da Cooperação Portuguesa no setor da Educação (Pré-escolar, Básico e Secundário) na Guiné-Bissau (2009-2016)**. Lisboa, PT. 2017.

COOPERAÇÃO PORTUGUESA. **Estratégia da Cooperação Portuguesa para Educação**. Lisboa. 2010.

DJALÓ, Mamadú. **A interferência do Banco Mundial na Guiné-Bissau: a dimensão da educação básica – 1980-2005**. Florianópolis, BR. 2009.

LOPES, Luísa da Silva Lopes e. **A Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau: uma análise do processo de construção política**. Aveiro, PT. 2014.

MENDES, Leonel Vicente. **(Des) Caminhos do Sistema de Ensino Guineense: avanços, recurso e perspectivas**. Curitiba, BR. Ed. CRV. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL. **Relatório da Situação do Sistema Educativo: margens de manobra para o desenvolvimento do sistema educativo numa perspectiva de universalização do Ensino Básico e de redução da pobreza**. Dakar. 2013.

NAMONE, Dabana. **A luta pela independência da guiné-bissau e os caminhos do projeto educativo do Paige: etnicidade como problema na construção duma identidade nacional**. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/115896>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

SOBRAL, Raquel Rodrigues. **As escolas comunitárias na Guiné-Bissau e a Cooperação Portuguesa para o desenvolvimento**. Lisboa. 2012.

TCHUDA, Daniel Luis. **O Ensino no período colonial na Guiné-Bissau (1879-1973)**. Brasil. 2017.

TÉ, Francisco Armando Bilima. **Políticas Educativas na Guiné-Bissau: estudo longitudinal dos ensinós básico e secundário**. Lisboa. 2017.
<https://www.unicef.org/brazil/sobre-o-unicef> Acessado no dia 26/12/2019